



LEI MUNICIPAL Nº 498/2025

Bertolândia-PI, 26 de novembro de 2025.

Cria a Gratificação de Desempenho no Ensino para os servidores vinculados à Secretaria de Educação do Município de Bertolândia – PI, na forma que especifica.

O Prefeito Municipal de Bertolândia - PI faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

**Art. 1º** - A presente Lei cria a Gratificação de Desempenho no Ensino – GDE para os servidores vinculados à Secretaria de Educação do Município de Bertolândia – PI.

**Art. 2º** - A gratificação estabelecida no artigo anterior será devida aos profissionais vinculados à secretaria municipal de educação que forem aprovados em avaliação periódica de desempenho.

**Art. 3º** - A avaliação periódica de desempenho deverá promover o princípio da eficiência e será aplicada, anualmente, a todos os servidores da educação, com as seguintes finalidades:

- I – aferir se o profissional tem desempenho satisfatório para o exercício do cargo;
- II – possibilitar a valorização e o reconhecimento dos profissionais que tenham desempenho eficiente;
- III – aprimorar o desempenho do servidor e dos órgãos educacionais municipais, em obediência ao princípio da eficiência administrativa;
- IV – ser instrumento de alinhamento das metas individuais com as institucionais;
- V – melhoria da qualidade do ensino.

Parágrafo único – Para garantia dos princípios da legalidade, moralidade e transparência dos processos de avaliação, as regras da avaliação de desempenho deverão ser realizadas por meio de edital, expedido pela Secretaria Municipal de Educação, com ampla divulgação.

**Art. 4º** - Na avaliação de desempenho serão adotados modelos que levarão em consideração o interesse público e eficiência dos serviços, a natureza das atividades desempenhadas pelo servidor e as condições em que serão exercidas, observadas as seguintes características fundamentais:

- I - objetividade, clareza e adequação dos processos e instrumentos de avaliação ao conteúdo ocupacional dos cargos;
- II - periodicidade;



III - comportamento observável do profissional;

IV - conhecimento prévio dos fatores de avaliação;

V - conhecimento do profissional do resultado da avaliação;

**Art. 5º** – Deverão ser consideradas as seguintes formas básicas de avaliação de desempenho:

I – avaliação de características relacionadas ao desempenho de cargo ou função dos profissionais, levando-se em conta os seguintes critérios, sem prejuízo de outros em edital:

- a) assiduidade, pontualidade, disciplina, iniciativa, presteza e urbanidade no tratamento;
- b) produtividade, eficiência e qualidade dos serviços prestados;
- c) consecução de metas e objetivos estabelecidos;
- d) administração do tempo;

II – avaliação de características relacionadas à formação e capacitação dos profissionais.

III – avaliação dos alcances de metas e evolução dos serviços públicos, os quais poderão ser aferidos por avaliações externas ou internas dos estudantes.

**Art. 6º** – A avaliação de desempenho deverá servir também para a identificação de situações de desempenho funcional deficiente, irregular ou insatisfatório, com o propósito de corrigir distorções e necessidades de aperfeiçoamento e capacitação profissional.

**Art. 7º** - O servidor avaliado terá direito a acompanhar todos os atos do seu procedimento de avaliação de desempenho, assegurada ampla defesa nos termos desta Lei.

**Art. 8º** - A Secretaria de Educação será responsável por:

I – elaborar edital, indicando os procedimentos da avaliação periódica de desempenho;

II – emitir parecer com resultado da avaliação;

III – sugerir formas de melhorias do serviço público baseadas no resultado da avaliação;

IV – elaborar plano de avaliação, o qual conterá as atividades a serem cumpridas pelo servidor, suas metas e resultados definidos nas avaliações externas.

**Art. 9º** - Os processos administrativos que contêm os atos do procedimento de avaliação de desempenho serão arquivados em pasta ou base de dados individual, permitida a consulta, a qualquer tempo, pelo servidor, por suas respectivas chefias ou unidades de recursos humanos e pelos órgãos de controle.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

# BERTOLÍNIA

TRABALHANDO POR AMOR A BERTOLÍNIA



**Art. 10** – O montante a ser destinado à Gratificação de Desempenho no Ensino – GDE dependerá de dotação orçamentária da Educação, previstos seus valores anualmente em edital, preferencialmente paga no mês de dezembro do ano da avaliação.

**Art. 11** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bertolândia-PI, 21 de Novembro de 2025.

**RODRIGO DA ROCHA MARTINS**  
Prefeito Municipal

**FRANCIENE DA SILVA ROCHA**  
Secretária Municipal de Administração

Numerada, Registrada e Publicada a presente Lei no Dário Oficial dos Municípios e por afixação na sede da Prefeitura Municipal, aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

**FRANCIENE DA SILVA ROCHA**  
Secretária Municipal de Administração